

[imprimir](#)  
[voltar](#)

## A língua estrangeira na construção de identidades

Professora Doutora Claudia Almeida (UERJ)

Escrever em língua estrangeira não é uma atitude nova, ao contrário, é uma opção que tem sido feita cada vez mais freqüentemente desde o século XX. Restringindo-nos aos autores que optaram pela escrita em francês, podemos destacar, dentre uma grande lista, Samuel Beckett (irlandês), Eugène Ionesco (romeno), Nathalie Sarraute (russa), Alain Bosquet (Anatole Bisk, russo), Romain Gary (lituano), Julia Kristeva (búlgara), Henri Troyat (Lev Tarassov, russo), Hector Bianciotti (argentino), Shan Sa (chinesa), Milan Kundera (tcheco), Eduardo Manet (cubano), Agota Kristof (húngara), Gao Xingjian (chinês), Vassilis Alexakis (grego), Andreï Makine (russo) e Nancy Huston (canadense anglófona).

A opção pela escrita em língua estrangeira provoca, pelo menos estranheza, pois exige do escritor um trabalho suplementar : o de ter amplo domínio de uma língua diferente daquela que aprendeu em casa e na qual foi escolarizado. Considerando que cada língua carrega as marcas da cultura que a utiliza, escrever em língua estrangeira exige também o conhecimento e a apropriação desses elementos.

Moeda com duas faces, essa opção mostra, de um lado, uma *invasão* estrangeira em um determinado território lingüístico; de outro, um exílio poeticamente solicitado pelo *invasor*. Na maioria das vezes, o asilo concedido equivale a um visto definitivo de permanência e poucos exilados vão investir em uma carreira literária bilíngue, repartindo-se entre a língua do exílio e a língua materna.

A escolha da língua francesa como língua de escrita tem motivações diversas, algumas delas explicitadas: o acaso que faz da Suíça o destino da rota de fuga (Agota Kristof), o convite que permite deixar a censura da terra natal (Gao Xingjian), a admiração pela visão de mundo veiculada pela língua francesa (Shan Sa), a influência da avó francesa (Andreï Makine), a vocação definida na infância pela mãe francófila (Romain Gary), o estímulo do Movimento Feminista (Nancy Huston).

Quaisquer que sejam as causas, explicitadas ou não, a opção pela língua estrangeira deixa marcas na construção dos textos e resgata (ou cria?) uma certa imagem da França. O exílio lingüístico abre um leque cujo desenho é formado por traços da língua e da cultura maternas; alguns explícitos e outros que, de tanto serem apagados, se transformam em borrões. A esses rabiscos se juntam marcas da língua e da cultura estrangeiras que são incorporadas, por vezes mantendo um sotaque próprio, por outras se insinuando tão próximas dos componentes maternos que formam com estes uma unidade, tornando imprecisas as fronteiras entre o materno e o estrangeiro. O desenho do leque é pois compósito, traçado com materiais diferentes que tanto destacam as diferenças quanto buscam apagá-las.

Na escritura de Romain Gary e de Nancy Huston encontramos esse leque. Ambos partem da terra natal e fazem da França seu domicílio e da língua francesa a língua da escritura. A mesma opção pela língua francesa e as semelhanças de percurso nos levam a refletir sobre os rabiscos traçados no leque e sobre as marcas de uma pluralidade de identidades que criam uma escritura onde a diferença e a diversidade são elementos de composição privilegiados.

### A fratura lingüística

Nancy Huston, canadense anglófona, torna-se escritora, num primeiro e longo momento, exclusivamente em francês. Romain Gary, lituano de língua russa, ensaia um começo de escrita em polonês, mas se torna de fato um escritor de língua francesa. Mais do que coincidência de opção da língua da escritura, trata-se de uma semelhança das condições conjunturais que levam à escolha da língua estrangeira como instrumento eficaz e necessário para entrar no campo literário.

Romain Gary é bilíngüe de nascença: sua certidão de nascimento emitida pela comunidade

judaica de Vilnius apresenta, na página esquerda, o texto em russo e, na página direita, o texto em hebraico. Curiosamente, entretanto, nenhuma dessas duas línguas será escolhida como língua de escritura.

Esse bilingüismo documental é resultado de um estatuto curioso das comunidades judaicas: grupos com uma *nacionalidade* intrínseca à qual não correspondia, entretanto, um território geográfico, essas comunidades acusam oficialmente esse pertencimento de seus filhos através do registro civil de nascimento. Assim, o pequeno Roman (em russo) ou Raum-n [em hebraico] (*Le Plaid* nº 10, 2003, p. 31) guardará as marcas de sua judeidade não apenas no corpo, pela circuncisão, cuja data está incluída em sua certidão de nascimento, mas também no primeiro texto a seu respeito.

Nancy Huston nasce em um país oficialmente bilíngüe<sup>[1]</sup>. Entretanto, a garantia legal do uso das duas línguas, inglês e francês, com o mesmo estatuto, não assegura igualdade na prática; a maioria anglófona não é capaz de usar o francês como segunda língua. Assim, o bilingüismo constitucional não tem como consequência um povo bilíngüe, mas, sim, um povo que se divide lingüísticamente em dois, com fronteiras geográficas demarcadas. As duas línguas coexistem pacificamente, mas são marca de identidade de grupos distintos que estabelecem relações diferentes com suas respectivas línguas.

O estatuto lingüístico duplo da origem de ambos os escritores vai ter desdobramentos importantes e diversos no texto literário de cada um deles. Romain Gary nasce em um ambiente de pluralidade lingüística onde a cultura judaica desempenha um papel bastante importante:

Em Vilnius, ele cresceu em uma cidade onde se falava pelo menos quatro ou cinco línguas, inclusive o ídiche, já que em 1916 encontrava-se lá uma comunidade judaica de tradições mais do que centenárias com cerca de 80.000 indivíduos, em um total de quase 300.000 habitantes. A anexação da cidade à Polônia em 1920 foi seguida de uma intensa polonização das instituições e da cultura. Gary, que falava russo com sua mãe, deve ter freqüentado a escola polonesa e teve que se acolher, ainda muito jovem, a uma nova cultura. (LARAT, 1999, p. 21)

Essa abertura a outras culturas e também a outras línguas será o caminho buscado por Romain Gary. Na idade adulta, o então diplomata francês falava com fluência russo, polonês, francês, búlgaro, inglês, alemão, ídiche, um pouco de italiano e de espanhol (LARAT, 1999, p. 24). O nomadismo, consequência da carreira diplomática e, depois, de uma escolha pessoal, favorece o contato e a imersão em culturas diversas.

Essa pluralidade lingüística terá como reflexo uma pluralidade identitária que, no entanto, será expressa prioritariamente em francês, a língua escolhida para a escritura. A fratura lingüística inicial transforma-se em fratura identitária definitiva: Romain Gary não apenas não conseguirá encontrar sua identidade própria e única, como não buscará consegui-la. A escritura será um espaço para ampliar e nunca reduzir o jogo de identidades.

A fratura é apresentada por Romain Gary como diversidade e, mais ainda, como mestiçagem:

Mergulho todas as minhas raízes literárias em minha *mestiçagem*, sou um bastardo e tiro minha substância nutritiva do meu *bastardismo* na esperança de alcançar assim alguma coisa nova, original. Não é um esforço: isso é natural para mim, é minha natureza de bastardo que é [para mim] uma verdadeira bênção no plano cultural e literário. (GARY, 1974, p.258)

Essa mestiçagem lingüístico-cultural provoca um esfacelamento da própria noção de origem, gerando, assim, a situação de bastardia que reivindica o escritor. Na verdade, a própria idéia de bastardia é modificada com a criação de outro substantivo para defini-la: *bastardismo*. Bem ao estilo de Gary, esse neologismo abre novas possibilidades de sentido e torna o escritor diferente (único?) até mesmo na margem. Essa bastardia lhe é *natural*, principalmente, ao rejeitar sua língua materna e optar por uma outra, que não está presente na sua origem, mas que foi adotada durante a adolescência. Ao usar a língua francesa sem ser um francês *legítimo*, Romain Gary usa um instrumento cujas tradições histórico-literárias não lhe pertencem. O bastardo não apenas rejeita seu berço como também se apropria de um patrimônio e de uma herança que não são seus *a priori*.

Nancy Huston tem um percurso diferente, mas a cicatriz da fratura inicial é identificada pela própria escritora:

Tão lingüísticamente cindida quanto meu país, com duas metades de personalidade que se encaram reciprocamente de forma hostil, ou brigam feito cão e gato, tanto em meus

diários quanto em meus sonhos. Condenada doravante ao bilingüismo (aqui de novo como meu país: *volens nolens*), a produzir duas versões de cada um dos meus livros: o último foi escrito, metade em Paris, em inglês, e metade em Boston, em francês. Não é o *happy end* porque não é nem *happy* nem o *end*. (HUSTON, 1995, p. 236).

A partida da terra natal, junto com sua família, não a faz mudar de língua. Essa mudança vai ocorrer quando decide partir sozinha da América para a França. A vida e os estudos em território francês abrem caminho para uma escolha que permanecerá *definitiva*: a escritura.

Essa escolha só é possível a partir do estranhamento que sente ao escrever em língua estrangeira. Entre seu primeiro texto publicado em francês - *Jouer au papa et à l'amant: de l'amour des petites filles*. Ramsay, 1979 - e seu primeiro texto publicado, primeiramente, em sua língua materna - *Plainsong*. Toronto: HarperCollins, 1993 - passam-se quatorze anos e doze livros. Sua relação com a língua francesa é bastante consciente e recorrentemente apresentada em seus textos.

Segundo a escritora, a correspondência trocada com Leïla Sebbar, onde a questão do estrangeiro e do escrever *estrangeiramente* são os temas principais, deu a partida em um processo de retorno às origens que teve conseqüências físicas bastante importantes:

Esse trabalho [*Cartas Parisienses*] foi um revelador, uma guinada para mim. Eu cheguei a reagir fisicamente: quando o livro saiu, depois de 18 meses de introspecção, eu me vi com as pernas paralisadas. Incapaz de me mexer por seis meses no hospital sob cortisona. Eu não sentia dor, mas não podia mais andar. E o engraçado é que todas as imagens que me vinham à mente eram do Canadá: eu era uma árvore que não sentia mais as raízes. Eu tinha tirado tudo de mim, podia recomeçar a dar marcha a ré. (*L'Actualité*, 1994, p. 68)

O primeiro produto desse retorno às origens é *Cantique des Plaines*, texto escrito primeiro em inglês e depois reescrito em francês, em que lembranças pessoais e ficção apresentam a história de uma família canadense, desde a chegada do imigrante irlandês, no início do século XX, até a última década do mesmo século. Essa história, profundamente ligada à terra, às planícies de Alberta, mostra as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas ocorridas no oeste canadense e apresenta a ferida, hoje bastante discutida no país, da aculturação imposta pelos europeus aos índios, nativos da terra.

Tanto Romain Gary quanto Nancy Huston vivem um tempo de busca, indefinição e abandono das origens antes de se tornarem escritores. A escritura será um refúgio para quem está procurando estabelecer um lugar seu no mundo. Entretanto, esse refúgio não é um abrigo ou uma proteção; ao contrário, trata-se de um espaço em constante movimento e tensão permanente. O escritor "*alimenta sua obra com o caráter radicalmente problemático de sua própria pertinência ao campo literário e à sociedade*" e, mais do que isso, trata-se de "alguém cuja enunciação se constitui através da própria impossibilidade de se designar um "lugar" verdadeiro." (MAINGUENEAU, 2001, p. 27).

À desterritorialização geográfica voluntária corresponde uma outra, mais complexa e fundamental para a construção da escritura desses dois autores: a desterritorialização lingüística. Embora ambos tenham, desde a origem, uma certa imprecisão lingüística, a opção por escrever em língua estrangeira os insere em um terreno *não familiar* que lhes permite desobedecer, mutilar, reinventar a língua, enfim, estabelecer regras para seu uso. Metaforicamente, pois, a escrita em língua estrangeira colabora para a *construção* do escritor a partir de sua escritura.

Contudo, a língua proporciona uma experiência dupla: tanto permite a desterritorialização quanto favorece a reterritorialização:

De fato, habitualmente, a língua compensa sua desterritorialização por uma reterritorialização no sentido. Deixando de ser o órgão de um sentido, ela se torna instrumento de um Sentido. E é o sentido, como sentido próprio, que dirige a atribuição de designação de sons (a coisa ou o estado de coisas que a palavra designa), e, como sentido figurado, dirige a atribuição de imagens e de metáforas (as outras coisas às quais a palavra se aplica em certos aspectos ou condições). Logo, não há somente uma reterritorialização espiritual, no "sentido", mas, física, pelo mesmo sentido. Paralelamente, a linguagem só existe pela distinção e pela complementaridade de um sujeito de enunciação, em relação com a coisa designada, direta ou metaforicamente (DELEUZE, 1975, p. 37).

A construção de sentidos através do texto restabelece um certo equilíbrio dentro de seus limites, delinea, de certa forma, um território que, mesmo sem ser exclusivo, estabelece laços de

pertencimento entre enunciador e um determinado grupo (leitores, críticos, editores, etc.). Esse equilíbrio, entretanto, não é definitivo, nem o território demarcado. O escritor habita um espaço em deslocamento permanente:

A pertinência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar. Essa localidade paradoxal, vamos chamá-la **paratopia** (MAINGUENEAU, 2001, p. 28).

O texto pode carregar as marcas de um mecanismo de construção/enunciação paratópico. No que diz respeito a Romain Gary, esse traço é bastante visível, por exemplo, na obra de Emile Ajar, através de um personagem que figura, com roupagens diferentes nos quatro livros: o desgarrado (desterritorializado?).

Em *Gros-Câlin*, Cousin, um solitário funcionário da IBM de Paris, tem sérios problemas para estabelecer comunicação com os outros porque recusa a univocidade de sentidos da linguagem e busca novas possibilidades para o discurso; em *La vie devant soi*, Momo, um adolescente muçulmano órfão de mãe, criado por uma ex-prostituta judia, não aceita a impossibilidade de mudança estabelecida pelas palavras; em *Pseudo*, o narrador esquizofrênico propõe um jogo de espelhos alucinante, invertendo as noções de falso e verdadeiro do discurso; em *L'angoisse du roi Salomon*, Jeannot empreende uma busca permanente pelo sentido das palavras e, metonimicamente, da vida, no dicionário. Para esses personagens, a língua é problema – o instrumento que dificulta a comunicação com os outros e impede a fixação de amarras – e solução – a porta que tentam abrir para ter acesso a outra realidade –, articulação dupla entre desterritorialização e territorialização.

Na obra de Nancy Huston, a questão da língua também está ligada à construção identitária, mas, ao invés de ser encenada na ficção é problematizada no texto não ficcional e no peritexto.

Em *Lettres Parisiennes*, a escritora esclarece: “[minha] “vinda para a escritura” está intrinsecamente ligada à língua francesa. Não que eu a ache mais bonita e mais expressiva do que a língua inglesa, mas estrangeira, ela é suficientemente *estranha* para estimular minha curiosidade.” (HUSTON e SEBBAR, 1986, p. 16). A língua estrangeira funciona como seu veículo de transporte para entrar em uma *terra* pela qual opta e que define como uma “ilha deserta, para cada um de seus habitantes” (HUSTON e SEBBAR, 1986, p. 129).

Terra que aceita as contradições de cada morador e que lhes dá nova(s) identidade(s). Terra onde as origens são construídas e a mistura quase uma palavra de ordem. Terra que recebe os desterritorializados de todo tipo:

Então, escrever em francês era um duplo distanciamento: primeiro, escrever, em seguida, em francês (ou melhor, o inverso: primeiro em francês, e depois, escrever). Em outros termos, eu precisava tornar meus pensamentos estranhos *duas vezes*, para ter certeza de não cair mais na imediatez, na experiência bruta sobre a qual eu não tinha nenhum controle. (HUSTON e SEBBAR, 1986, p. 197).

A recusa inicial da língua materna também está ligada à imagem que Nancy Huston tem de seu país: “Para mim, o tédio é a quintessência, aterrorizante, do Canadá inglês.” (HUSTON, 1994, p. 8).

O bilingüismo constitucional do nascimento é substituído por um bilingüismo de opção que testemunha o percurso seguido pela escritora:

É uma língua que eu abandonei quase tão radicalmente quanto eu havia abandonado Alberta, por razões pessoais e não políticas; uma língua para a qual eu voltei enriquecida por uma longa e apaixonante prática de uma língua estrangeira; um língua que agora falo, me dizem, como falo o francês, ou seja, imperfeitamente, com pequenos erros e um leve sotaque. (...) Frequentemente, acho difícil – desnorteante, desestruturante – não coincidir de fato com nenhuma identidade e, ao mesmo tempo, digo a mim mesma que é essa coexistência desconfortável, em mim, de duas línguas e de duas maneiras de ser que me faz mais profundamente *canadense*. Elas não querem se reunir de jeito nenhum; elas não querem nem apertar a mão uma da outra, falar uma com a outra; elas fazem questão de se criticar, de ironizar, de fazer piadas uma às custas da outra, em suma, elas reivindicam toda a ambigüidade da situação. (HUSTON, 1994, p. 37-38).

A fissura identitária, aprofundada pelo bilingüismo, é percebida como característica da identidade canadense. Mas essa não é uma solução tranqüila, apenas a constatação da tensão permanente.

## Exílio e liberação na escritura em língua estrangeira

A língua de escritura escolhida por Nancy Huston e por Romain Gary carrega as marcas de uma imagem forjada ao longo do tempo. A opção feita pelos dois escritores, quaisquer que tenham sido os motivos que os levaram a fazê-la, e a incorporação de suas respectivas obras à literatura francesa inscrevem, ambos os textos, nessa imagem.

Nancy Huston declara ter ficado “maravilhada com a eloqüência francesa” (HUSTON, Apud KROH, 2000, p. 34) por ocasião das manifestações contra a opressão contra as mulheres. Romain Gary, desde a infância, teve incutida a idéia (ou talvez a certeza) de que seria um escritor francês. A opção pela língua francesa é o caminho natural de uma educação francófila ao extremo.

Para ambos os escritores o exílio lingüístico e territorial é voluntário e a escritura o terreno que permite viver esse exílio e experimentar, pela ficção, a indefinível liberdade desejada. A escritura em língua estrangeira abre as portas para a deformação, a mutilação, o erro, a transformação; mas também para a criação, o autoengendramento, a ficção que beira o absoluto.

Acho que em minha língua materna eu não teria podido encontrar essa liberdade, essa felicidade, esse amor de si mesmo, tudo o que é indispensável para esquecer de si mesmo o bastante para poder escrever. Era preciso que eu tivesse a ilusão de ter me engendrado, de não ter nem mãe nem pai, de pôr isso bem longe. (HUSTON, Apud KROH, 2000, p. 36)

O autoengendramento se torna a expressão máxima de liberdade proporcionada pela escritura em língua estrangeira, fazendo desaparecer ou, pelo menos, esmaecer, os sinais de nascença.

Para Romain Gary, o autoengendramento é um tema que alcança as raias da obsessão. O desencontro incessante entre suas identidades o obriga a permanecer em “estado de fuga”. Toda e qualquer certeza precisa ser abolida e a dúvida que abre caminho para o múltiplo torna-se artigo primordial para a sobrevivência.

Tentei tudo para fugir de mim mesmo. Cheguei até a começar a aprender o suaíli, por que isso devia, de todo jeito, estar bem longe de mim. Estudei, sofri bastante, mas, para nada, pois até em suaíli eu me entendia.

Tateei então o húngaro-finlandês, tinha certeza de que eu não iria topar com um húngaro-finlandês em Cahors e me ver assim cara a cara comigo mesmo. Mas eu não me sentia seguro. (...)

E no entanto continuo a procurar alguém que não me compreenda e que eu não compreenda pois tenho uma necessidade assustadora de fraternidade. (GARY, 1976, p. 11-12)

O narrador de *Pseudo* vê na língua estrangeira uma possibilidade de não compreensão, de não codificação, de indefinição que, na verdade, só seriam possíveis se permanecesse definitivamente estrangeira. Em seu desespero esquizofrênico, esse narrador busca o desconhecido que jamais se tornasse traduzível. Só a impossibilidade de definições precisas manteria a multiplicidade de opções, só a permanência do caráter estrangeiro asseguraria o exílio permanente.

As incursões e excursões em língua estrangeira cavam sulcos e imprimem traços em alto-relevo que formam o desenho do leque. O caráter compósito das linhas impede que as varetas se encaixem para fechar o leque; forçar esse encaixe traz o risco de quebrá-las e destruí-lo: o leque ficará permanentemente aberto. O eixo que garante a articulação e permite o movimento de abrir e fechar não é mais utilizado e o mecanismo emperra: o ponto de partida – a origem – fica esquecido e deixa de ser referência. O desenho não é mais irradiado a partir de um ponto: as formas serão traçadas no espaço aberto do leque sem estabelecer necessariamente uma ligação com o ponto de origem. A escritura permanecerá como espaço de desterritorialização e a escrita em língua estrangeira como veículo privilegiado de expressão do desterritorializado.

## Referências Bibliográficas

*L'Actualité*, Vol. 19, nº 2, 1 février 1994.

ABDELJAOUAD, Firyel. *Les figures de l'autre dans l'oeuvre de Romain Gary et Emile Ajar ou*

- comment le vif saisit le mort*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion (coll. Thèse à la carte).
- DELBART, Anne-Rosine. *Les exilés du langage*. Un siècle d'écrivains français venus d'ailleurs (1919-2000). Limoges: Pulim, 2005.
- DELEUZE, Gilles et GUATTARI, Félix. *Kafka. Pour une littérature mineure*. Paris: Minuit, 1975.
- DION, R. et alii (dir). *Ecrire en langue étrangère*. Interférences de langues et de cultures dans le monde francophone. Québec: Nota Bene, 2002.
- GARY, R. *La nuit sera calme*. Paris: Gallimard, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Pseudo*. Paris: Mercure de France, 1976.
- HUSTON, N. En français dans le texte. *Désirs et réalités: textes choisis 1978-1994*. Montréal: Leméac, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Pour un patriotisme de l'ambiguïté*. Fides/CETUQ, 1994.
- HUSTON, N et SEBBAR, L. *Lettres parisiennes*. Paris: Bernard Barrault, 1986.
- KROH, Aleksandra. *L'aventure du bilinguisme*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- LARAT, Fabrice. *Romain Gary. Un itinéraire européen*. Chêne-Bourg: Georg, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária; Enunciação, escritor, sociedade*. 2 ed. trad. Marina Appenzeller. São Paulo, Martins Fontes, 2001. (1995)
- Le Plaid* n° 10, mai 2003.

### Mini-currículo

Claudia Almeida é professora de Língua e Literatura Francesas no Instituto de Letras da UERJ desde 1995. Em 2004, obteve o grau de Doutora em Língua e Literatura Francesa pela UFRJ, com a tese *O túmulo aberto: Nancy Huston relendo Romain Gary*.

---

[1] Essa afirmação simplifica uma questão bastante complexa para o Canadá. Na época do nascimento de Nancy Huston (1953), a legislação em vigor sobre as questões lingüísticas é a Lei Constitucional de 1867. Essa lei, ainda do governo britânico, em seu artigo 133, estipula o direito do uso das duas línguas, inglês e francês, no Parlamento Federal, na Legislatura do Quebec e nos tribunais da província do Quebec e do governo federal. O bilingüismo é instituído oficialmente pela Lei Constitucional de 1982, em seu artigo 16: "Francês e inglês são as línguas oficiais do Canadá; elas têm um estatuto e direitos e privilégios iguais quanto ao seu uso em instituições do parlamento e do governo do Canadá." (<http://www.tlfg.ulaval.ca/axl/amnord/cndconst.htm>). Embora a discussão sobre a prática da lei seja bastante ampla e importante para os estudos sobre literatura canadense francófona, entendemos que não seria necessário enveredar por esse caminho neste texto, visto que não identificamos essa discussão, fundamentalmente quebequense, na obra de Nancy Huston